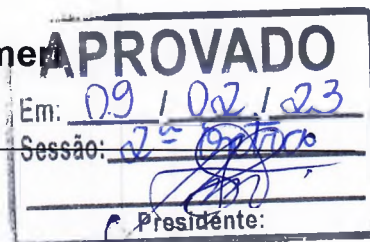




Estado de Goiás  
Prefeitura Municipal de Ipameri  
Poder Executivo



PROJETO DE LEI Nº.: 04 /2023, 24 DE JANEIRO DE 2023.



Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio para repasse de recursos financeiros à Associação Adelino de Carvalho e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros mediante convênio à **ASSOCIAÇÃO ADELINO DE CARVALHO**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 02.120.509/0001-01, com sede à Rua Vitorino Benvenhadi, 41 – Bairro Dom Vital, CEP 75.780-000 – Ipameri, Estado de Goiás.

**Parágrafo Único** - O valor total dos recursos financeiros a serem repassados é de R\$301.000,00 (trezentos e um mil e seiscentos reais), proveniente de captações financeiras realizadas pela instituição junto ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescente e, deverão ser repassados durante o exercício de 2023, diretamente ao beneficiário, nos termos de convênio celebrado entre as partes.

**Art. 2º** - Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2023, vinculados à seguinte conta:

ÓRGÃO: 17-FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA;

UNIDADE: 1701-FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA;

AÇÃO: 4041-PARCEIRIAS, COLABORAÇÕES, INCENTIVOS, PROJETOS E CONVÊNIOS AO

FMDCA

NATUREZA DE DESPESA: 335043-SUBVENCOES SOCIAIS

F. RECURSOS: 100-RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS;

FUNCIONAL: 17-1701-08-243-0122-4041-335043-100

**Parágrafo Único** - Fica o setor de contabilidade autorizado a abrir mediante Decreto, créditos adicionais de natureza suplementar junto a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 para fazer face à realização da despesa decorrente desta Lei.

**Art. 3º** - O valor será disponibilizado apenas mediante a apresentação de Plano



**Estado de Goiás**  
**Prefeitura Municipal de Ipameri**  
**Poder Executivo**

de Trabalho e Aplicação.

**Art. 4º** - A entidade beneficente destinatária do repasse de recursos de que trata esta Lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos até o último dia do mês subsequente ao mês correspondente à parcela recebida.

**Parágrafo Único** - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

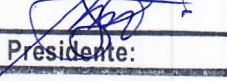
**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aos  
24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro de 2023.

  
**JÂNIO PACHECO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

<b>APROVADO</b>	
Em:	09 / 02 / 23
Sessão:	1ª Extra
Presidente:	

*Genivaldo Moreira da Silva*  
Presidente

<b>APROVADO</b>	
Em:	09 / 02 / 23
Sessão:	2ª Extra
Presidente:	

*Genivaldo Moreira da Silva*  
Presidente